



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE SETEMBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 263 e 265 a 267/XVI/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PCP, sobre o tema «O

início do ano letivo do ensino básico e secundário». Depois de a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) e o Ministro da Educação, Ciência e Inovação (Fernando Alexandre) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [João Tilly](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L),

Patrícia Gilvaz (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Isabel Ferreira (PS), Paulo Nuncio (CDS-PP), Ângela Almeida (PSD), Manuela Tender (CH), Maria José Aguiar (CH), Pedro Alves (PSD), Rosário Gambôa (PS) e José Carvalho (CH). No encerramento do debate, intervieram o Ministro da Educação, Ciência e Inovação e a Deputada Paula Santos (PCP).

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias de um Deputado do Bundestag alemão.

O Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) saudou também a presença nas galerias de um grupo da Universidade Sénior de Penela, em Coimbra, que foi aplaudido pela Câmara.

Deu-se conta de dois Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) encerrou a sessão eram 17 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Peço às autoridades para abrirem as galerias.

Aproveito para cumprimentar os Srs. Ministros presentes. É um gosto tê-los na Assembleia.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidos pelo Sr. Presidente, os Projetos de Lei n.ºs [263/XVI/1.ª](#) (CH) — Atribuir aos sapadores florestais e aos bombeiros de associações humanitárias a qualificação de profissão de desgaste rápido bem como a atribuição de subsídio de risco, [265/XVI/1.ª](#) (PCP) — Repõe os procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse e revoga o Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho (décima sexta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho), [266/XVI/1.ª](#) (L) — Altera a lei-quadro do estatuto de utilidade pública, aprovada pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho – atribuindo fins de utilidade pública aos meios de comunicação social que se dedicam ao jornalismo sem fins lucrativos e [267/XVI/1.ª](#) (CH) — Prevê a redução e restituição da taxa de IVA nas aquisições e conservação de bens móveis e equipamentos individuais dos sapadores florestais.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Como sabem os Srs. Deputados, hoje a nossa ordem do dia é o debate de atualidade, requerido pelo Partido Comunista Português, sobre «O início do ano letivo do ensino básico e secundário».

Para uma intervenção, na abertura dos nossos trabalhos, vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, dirigimos uma palavra de solidariedade à comunidade escolar e às populações afetadas pelos incêndios, que levaram inclusivamente ao encerramento de escolas, mas também de solidariedade e apoio em especial aos bombeiros e a todos os que combatem os fogos. Dirigimos também, neste debate, uma saudação aos dirigentes da FENPROF (Federação Nacional dos Professores) e da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais e à CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), que estão aqui connosco a acompanhar o debate.

Sr. Presidente, é com ansiedade e expectativa que muitos estudantes aguardam o início do ano letivo. É o regresso à escola, é o reencontro com os amigos, é o início de novas aprendizagens. É um momento especial, que deveria decorrer com tranquilidade. Mas já estava previamente anunciado que o novo ano letivo não iria ser assim, como a realidade o demonstra. Instabilidade, incerteza, inquietação é o que marca o arranque deste ano escolar.

Agravam-se velhos problemas que afetam a escola pública. Mais um ano que passa sem que tenham sido dadas as respostas necessárias. Ao dia de hoje, mais de 100 000 estudantes não têm professor a pelo menos uma disciplina, número que poderá ainda aumentar, considerando os professores que estão em condições de se aposentar nos próximos meses e em situação de baixa médica, cujas necessidades ainda não surgiram.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — A carência de professores tem vindo a aumentar ano após ano, e quer o anterior Governo quer...

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, dê-me só 1 segundo. Peço que o tempo pare de contar.

Eu não consigo ouvir com a clareza que é esperada a Sr.ª Deputada. Portanto, pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem e de evitarem conversas bilaterais, porque é ensurdecador o barulho que sentimos no Plenário.

Desculpe, Sr.ª Deputada, faça favor de continuar.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estava a dizer que a carência de professores tem vindo a aumentar ano após ano, e que quer o anterior Governo quer o atual Governo não tomaram as medidas eficazes para a sua resolução. Remendos foi o que fizeram: contratar professores aposentados; colocar bolseiros de investigação científica, em situação de enorme precariedade, a dar aulas; apoio à deslocação, mas só para as vagas classificadas como carenciadas.

Não é com medidas desta natureza que se vai resolver o problema de fundo. Mais uma vez, está-se a tapar o sol com a peneira, ao mesmo tempo que o Governo investe numa grandiosa operação de propaganda para parecer que faz e para esconder o que verdadeiramente é preciso fazer.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O problema da falta de professores é resultado das opções de sucessivos Governos, da desvalorização da carreira e da profissão docente, do não rejuvenescimento, da precariedade, do andar anos e anos com a casa às costas. Muitos professores desistiram e muitos jovens não optaram pela profissão de professor. Temos memória e não nos esquecemos de quando PSD e CDS convidaram os professores a emigrar.

Faltam psicólogos nas escolas, terapeutas, assistentes sociais, técnicos especializados, e muitos dos profissionais que estão nas escolas, apesar de desempenharem funções permanentes, têm vínculo precário e são contratados ano após ano. Estes profissionais são essenciais no acompanhamento dos estudantes em função das suas especificidades, mas também para a prevenção da violência.

Mais um ano se inicia sem que os técnicos especializados tenham sido integrados na carreira e sem que tenham sido contratados os que faltam. Faltam meios e recursos para uma verdadeira escola inclusiva. É importante que todos os estudantes estejam na escola pública, tal como é igualmente importante que sejam asseguradas as condições atendendo às necessidades específicas de cada estudante.

O desígnio constitucional da igualdade no acesso e sucesso escolar está longe de ser uma realidade. A gratuidade dos manuais escolares, medida que resultou da persistente intervenção do PCP, constituiu um passo de gigante na igualdade no acesso e sucesso escolar. Mas é preciso prosseguir.

As despesas com a educação no início do ano letivo têm ainda um peso significativo no orçamento das famílias, e o aumento do custo de vida trouxe ainda mais dificuldades. A ação social escolar continua aquém do que é necessário, e sobre estas questões não há respostas do Governo.

As turmas continuam com um número elevado de estudantes, o que obviamente tem consequências negativas no processo ensino-aprendizagem, não permitindo ao professor um acompanhamento em função das necessidades de cada estudante.

Faltam vagas de pré-escolar na rede pública. Muitas crianças com 3 e 4 anos não têm uma vaga num jardim-de-infância público. E todos sabemos que a universalidade da rede pública de pré-escolar é fundamental para garantir a todos uma vaga.

São muitas as escolas pelo País cujas instalações estão degradadas e são desadequadas para a aprendizagem dos alunos. Não garantem as condições para quem estuda e trabalha na escola — infiltrações, humidades, falta de condições climatéricas, infraestruturas velhas, até instalações onde chove. Muitas não dispõem sequer dos equipamentos que permitam assegurar as condições adequadas para cada disciplina. Faltam pavilhões desportivos, há campos de jogos com pisos degradados, espaços de recreio que não potenciam a brincadeira nem o jogo lúdico, sobretudo para as crianças.

Enquanto o Governo contribui para o agravamento dos problemas da escola pública, foi muito célere a aumentar a transferência de verbas para a escola privada, com os tais contratos de associação. É esta a opção que o Governo toma: prosseguir a desvalorização da escola pública para favorecer a escola privada. Assim se vê quais são os interesses que servem.

Os estudantes, os pais, os trabalhadores na área da educação querem respostas do Governo. O que se exige do Governo é que cumpra as suas responsabilidades, que valorize os professores e educadores, os técnicos especializados, auxiliares de ação educativa e assistentes técnicos nas suas carreiras e salários, que garanta a gratuidade e a igualdade entre estudantes no acesso e sucesso escolar, que invista e valorize a escola pública.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção nesta parte de abertura do debate, dou a palavra ao Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação** (Fernando Alexandre): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Milhares de pessoas trabalharam ao longo dos últimos meses para garantir que o novo ano letivo se iniciava com normalidade. Nos serviços do Ministério, nas escolas — diretores, professores, pessoal não docente —, nas autarquias, todos trabalhámos a pensar nos alunos e nas suas famílias. A educação continua a ser a grande esperança do País e das famílias. Não podemos defraudar as suas expectativas.

Nas últimas cinco décadas, Portugal registou progressos muito relevantes na educação. No entanto, apesar dos progressos registados, o nosso sistema educativo continua a enfrentar graves falhas, que colocam em causa a igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade.

A mais grave falha do nosso sistema educativo, e que é inaceitável em 2024, é o elevado número de alunos sem aulas por períodos muito prolongados. Esta situação, que se repete ano após ano, põe em causa o sucesso escolar e o investimento das famílias e a esperança que elas depositam na educação.

A razão pela qual este grave problema do nosso sistema educativo persiste há tantos anos deve-se ao facto de aqueles que mais são afetados por esta grave falha não terem voz — sim, não terem voz. As escolas com maior número de alunos sem aulas são as escolas dos contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, e são precisamente estes os que mais precisam da escola pública. Quando a escola pública falha às famílias que mais dela precisam e que não têm outra alternativa, a escola pública falha em toda a linha na sua missão.

O Governo está empenhado em mobilizar a sociedade portuguesa para ultrapassar este grave problema que diz respeito a todos, incluindo todos os que se encontram neste Hemiciclo — a nós, Governo, e aos Srs. Deputados. Temos todos a obrigação de contribuir para erradicar este problema.

O Governo elegeu como uma das suas prioridades para a Legislatura pôr fim a esta grave falha do nosso sistema educativo. Aprovámos já 17 medidas que visam disponibilizar às direções das escolas que mais são afetadas pela falta de professores um conjunto de instrumentos de gestão e de recrutamento de novos docentes.

Na semana passada foi aprovado em Conselho de Ministros um concurso extraordinário direcionado para as escolas com maior número de alunos sem aulas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Com esse concurso, que foi desenhado em moldes inovadores e ao qual os professores poderão candidatar-se a partir de hoje, pretendemos atrair docentes para um grupo de escolas que têm tido dificuldade em garantir o normal funcionamento das aulas.

As 2309 vagas deste novo concurso, que permitirão a vinculação de docentes que durante muitos anos exerceram a profissão em condições de precariedade, associadas a um subsídio de deslocação com o valor máximo de 450 € para os docentes que residam a mais de 300 km, visam contribuir para a resolução do problema dos alunos sem aulas.

Sabemos que estas 17 medidas podem não ser suficientes para resolver o grave problema da falta de professores, e por isso tomaremos as medidas que forem necessárias para erradicar este flagelo.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Com esse objetivo, estamos a rever as condições de profissionalização e a criar incentivos, como a atribuição de bolsas para os cursos de educação. Iremos também, em diálogo com as instituições de ensino superior, criar incentivos para o aumento da oferta de cursos na área da educação.

Mais importante, porque sem isso não conseguiremos motivar os nossos docentes e não conseguiremos atrair novos docentes, anunciamos o início das negociações para a revisão do Estatuto da Carreira Docente no

próximo dia 21 de outubro. Durante demasiados anos, os professores não tiveram a valorização que merecem. O valor que damos aos professores é uma medida do valor que damos ao futuro do nosso País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação:** — O compromisso deste Governo com a valorização da profissão de professor é mais uma prova de que este Governo acredita no futuro de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Governo está também comprometido com a valorização do pessoal não docente, que está sob a tutela das autarquias. Assim, em articulação com os municípios, iremos rever o enquadramento do pessoal não docente, essencial ao bom funcionamento das escolas e aos resultados do processo educativo.

De facto, como já comunicámos à Associação Nacional de Municípios Portugueses, pretendemos avaliar o processo de descentralização na área da educação. Apoiamos o processo de descentralização na área da educação, mas, cinco anos depois, este processo tem de ser avaliado e, em várias dimensões, melhorado.

Mas não chega garantir o acesso à educação a todos. É necessário garantir o acesso a uma educação de qualidade. Para isso, precisamos de melhorar a aprendizagem, que, nas avaliações internacionais, caiu acentuadamente nos últimos anos. Temos de elevar as expectativas e dar às escolas as condições para responderem às necessidades dos seus alunos.

Não há melhorias sem monitorização, por isso aprovámos já e apresentámos um novo modelo de avaliação externa, que entra em vigor este ano eletivo. É um modelo que nos permitirá acompanhar a evolução das aprendizagens dos alunos e que permitirá às escolas e ao Governo definir estratégias para melhorar essas aprendizagens. É um modelo que será respeitado e valorizado pelas comunidades educativas, ao contrário do sistema anterior.

Apresentámos também um conjunto de medidas de melhoria das aprendizagens que reforçarão os recursos das escolas.

O sistema educativo, depois de um longo ciclo de contração, entrou num novo ciclo de expansão. Temos mais alunos, precisamos de mais salas e de mais professores.

Não posso concluir sem deixar uma palavra aos portugueses, em particular para a comunidade educativa que foi flagelada pelos violentos incêndios dos últimos dias. Muitas escolas foram fechadas, dezenas de milhares de alunos viram o início das aulas adiado.

Graças à proteção civil, corpos de bombeiros e forças de segurança, foi garantida a segurança de todos. Muito obrigado a todos.

Quero também deixar uma palavra para a comunidade educativa da Escola Básica de Azambuja, que viveu esta semana um episódio traumático. Todos os alunos estão atingidos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Com certeza terá oportunidade, Sr. Ministro, na fase de debate, de poder continuar.

Inscreveram-se junto da Mesa cinco Srs. Deputados para formularem pedidos de esclarecimento. Como pretende responder, Sr. Ministro?

Pausa.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares informou a Mesa de que o Sr. Ministro da Educação responderá em dois grupos, de três e dois pedidos de esclarecimento.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não sei se há condições...

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Tem algum problema, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, estava a dizer que havia muita agitação e que não estava a conseguir ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, comece a intervenção. Se não tiver condições, eu interrompo-a para que estas sejam criadas.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, permita-me concluir a sua intervenção, dizendo o que julgo que iria dizer: que todas e todos no Parlamento enviamos uma mensagem de solidariedade a todos os alunos e à comunidade educativa da escola da Azambuja, e juntamo-nos a essa mensagem de solidariedade que o Sr. Ministro aqui deixou.

Aplausos do BE, do PSD, do PS, do PCP e do L.

Sr. Ministro, já há algum tempo que não se aplica à escola pública aquele princípio, muito bonito, escrito por António Pina, de que ainda não é o princípio nem o fim do mundo, é apenas um pouco tarde. No que se refere a resolver os problemas da escola pública, e, sobretudo, a falta de professores da escola pública, já há algum tempo que é apenas um pouco tarde e já há muito tempo que vem sendo cada vez mais urgente resolver estes problemas.

Faltam professores e cada vez vão faltar mais professores, porque o sistema tem uma fuga e essa fuga chama-se envelhecimento da classe docente. Não estamos apenas a tapar o buraco deixado quando se despediram ou se afastaram das escolas 30 000 professores na altura do Governo do PSD e da troica. Não estamos a resolver apenas esse problema. Todos os anos há um multiplicador de ausência de professores nas escolas chamado «aposentação». Portanto, todos os anos esse multiplicador vai aumentar a falta de professores.

O que lhe pergunto é se acha que é possível combater esse problema estrutural criando desigualdades entre os professores que recebem apoio à deslocação e os que não recebem apoio à deslocação, os que podem aceder a um concurso de vinculação e os que não podem aceder a um concurso de vinculação. Sr. Ministro, estas desigualdades foram o princípio dos problemas e dos conflitos com os professores.

Por isso, faço-lhe um apelo: se quer resolver os problemas com os professores e resolver os problemas estruturais, não insista em criar desigualdades entre os professores da escola pública.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr. Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do PSD.

Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a escola marca a vida dos alunos e este Governo já está a transformar a vida de alunos, de professores, da comunidade escolar pela combinação de medidas de curto e de longo prazo e pela mensagem de respeito e de confiança pela escola pública.

Como o diálogo foi estreito, como as negociações foram sérias, como os professores foram ouvidos, foi possível alcançar um acordo histórico para a recuperação do tempo de serviço.

Além disso, dois meses após tomar posse, este Governo já estava a apresentar o plano + Aulas + Sucesso, para dar resposta a um flagelo da nossa escola pública, o de milhares de alunos sem aulas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Mas é preciso perguntar: onde estava o PCP, onde estava o Bloco de Esquerda, onde estava o Partido Socialista no dia 10 de novembro de 2015?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Estava aqui!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E vocês? Como votaram?!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Estavam à porta fechada em negociações, em acordos. Estavam em acordos, escondidos dos portugueses, envergonhados do seu conteúdo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Onde estavam os professores e a valorização das carreiras? Onde estava a recuperação do tempo de serviço? Onde estavam os alunos, o seu sucesso, as suas aprendizagens? Onde estava a prioridade dada à escola pública? Não estava, nem esteve ao longo dos últimos oito anos e meio,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... e foi mesmo preciso António Costa demitir-se para que a recuperação do tempo de serviço tivesse sido concretizada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Como se não bastassem os problemas que já eram conhecidos, o Partido Socialista colocou ainda mais pressão na escola pública porque não conseguiu que as escolas pudessem integrar os alunos estrangeiros, quando sabemos, por exemplo, que há agrupamentos de escolas que têm alunos de 19 nacionalidades.

Por isso, Sr. Ministro, quero questionar que medidas estão a ser tomadas para a integração destes alunos, envolvendo a escola, as comunidades, as famílias, com uma visão humanista.

Protestos do CH.

Percebemos, hoje, uma vez mais, quem está do lado do futuro, quem está do lado das soluções, quem continua no passado, preso nos problemas que não conseguiram resolver, que ignoraram, que não quiseram ver e que nos trouxeram até aqui.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Essa é que é a vossa prioridade?

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Ministro, queria dizer-lhe que este Governo nos honra por olhar para a educação como futuro deste País e que ficamos contentes, felizes, porque este Governo não foge às suas responsabilidades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Tilly, do Chega.

Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos lá então falar um pouco de educação.

Os meus parabéns ao Sr. Ministro pela medida de proibição de telemóveis no 1.º e 2.º ciclos. A Europa desenvolvida e de direita já tinha adotado essa medida.

Risos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Se bem que dizer «Europa desenvolvida e de direita» é uma repetição.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Essa é boa!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Aliás, quando o Primeiro-Ministro diz «portugueses e portuguesas», bastaria dizer «portugueses».

Aplausos do CH.

Ninguém se dirige aos «incendiários e incendiárias», aos «fugitivos e fugitivas». Explique lá isto ao Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro: o género masculino é também neutro na língua portuguesa. Concorda?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Mas a ideologia de género, na escola, essa não é neutra e tem de ser travada. Género é na gramática, só. Entre humanos não há género nenhum, há dois sexos. Ou é masculino ou é feminino.

Aplausos do CH.

Se não sabem o que é o sexo, enfim, consultem os manuais de Ciências da Natureza do 2.º ciclo. Há lá desenhos e tudo.

É também urgente reverter a obsessão pelo digital, como está a acontecer em toda a Europa: Suíça, Suécia, Finlândia, os mais avançados sistemas de ensino já deitaram a obsessão do digital no lixo. Voltaram aos manuais para ensinar de novo as crianças a folhear um livro, a tomar notas, a resolver exercícios, com o seu próprio punho, porque, no que respeita à escrita, o socialismo transformou os nossos alunos em perfeitos manetas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — As crianças já não sabem escrever, a sua caligrafia são rabiscos, elas próprias não entendem o que escrevem. Chega de analfabetizar as crianças!

E também não há segurança nas escolas. As escolas estão como o resto do País, de portas escancaradas. Qualquer bandido, hoje em dia, entra no País, entra nas matas e entra nas escolas e faz o que quiser. Concorda? A bandalheira e a «esquerdoidece» têm de ser banidas da escola e é já!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Ministro para fazer os respetivos esclarecimentos, quero só informar a Câmara que está presente na galeria, acompanhado do Sr. Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, o Deputado do Bundestag alemão Timo Schisanowski.

Aplausos do PSD, do PS, do CH e do CDS-PP.

Sr. Ministro, dispõe de 3 minutos para responder.
Faça favor.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Sr.^a Deputada Joana Mortágua referiu a importância da escola pública. Penso que este Governo tem tornado muito clara a importância que dá à escola pública como instrumento de garantia da igualdade de oportunidades. Nós valorizamos imenso a escola pública, o que não quer dizer que não acreditemos que o ensino de qualidade não possa ser também oferecido pelas escolas privadas.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Por isso, é tarde porque se perdeu muito tempo, mas estamos a olhar para a frente e acreditamos que ainda é possível recuperar a escola pública.

Em relação à saída de professores para a aposentação, isso era fácil prever. Aquilo que não foi previsto e que podia ter sido antecipado é que a desvalorização que foi feita da carreira de professor, nos últimos anos, levou à saída de milhares de professores que optaram por outras profissões. Aquilo que estamos a fazer, valorizando a profissão de professor, nomeadamente com a revisão do Estatuto da Carreira Docente, é precisamente fazer regressar muitos professores, que ainda são jovens, e que deixaram aquela que era a sua paixão, a educação, para que voltem, de facto, a ensinar nas escolas.

Em relação àquilo que diz que é uma desigualdade, do apoio que vamos dar à deslocação, a verdadeira desigualdade aqui é, de facto, a exclusão de dezenas de milhares de alunos do acesso a aulas. Devo dizer que, de uma maneira geral, os sindicatos perceberam isso, que temos de ter instrumentos que garantam que há incentivos para que os professores vão para as escolas precisamente onde fazem mais falta. A forma de o fazer é, obviamente, compensando-os monetariamente, e é isso que estamos a fazer, dando estabilidade no emprego, permitindo o vínculo de milhares de professores que vivem na precariedade.

Respondendo à Sr.^a Deputada Paula Santos, em relação ao pré-escolar, em particular, que referiu, mais uma vez, não foi feito um trabalho, durante anos, de previsão das necessidades.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Essa é que é a verdade!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Fizemos um levantamento dessas necessidades e estamos, junto da rede pública, da rede social, solidária e particular, porque não temos preconceitos ideológicos, precisamente a conseguir alargar, a aumentar o número de salas para responder às necessidades que existem.

Em relação à questão da Sr.^a Deputada Ana Gabriela Cabilhas, estamos a tomar muitas medidas para conseguirmos uma melhor integração da comunidade migrante, que é cada vez mais importante nas nossas escolas e que é essencial para termos uma política de imigração de sucesso, para a sustentabilidade da nossa economia e da nossa sociedade.

Em relação ao digital, Sr. Deputado João Tilly, anunciámos medidas quanto aos telemóveis. Valorizamos imenso o digital, mas, na linha até de algumas referências...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro. Terá oportunidade, na resposta a outros pedidos de esclarecimento, de poder completar os esclarecimentos que foram dados.

Temos agora mais quatro pedidos de esclarecimento e a informação que dispomos é a de que o Sr. Ministro responderá em grupos de dois.

Portanto, para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr. Ministro, este debate é sobre o início do ano eletivo, mas, de facto, este foi marcado por um evento grave e trágico e queremos associar-nos à mensagem de solidariedade para com as vítimas do ataque na Escola Básica de Azambuja, as

suas famílias e toda a comunidade escolar, porque uma escola segura, onde todos se sentem acolhidos, é a base para uma escola boa.

Este ataque violento, dentro de uma escola, choca-nos a todos e alerta-nos para aquilo que já sabemos. É preciso combater a violência, é preciso combater o discurso de ódio, é preciso garantir que a empatia é o que norteia as nossas relações e as nossas comunidades, e é preciso garantir que as crianças se sintam acompanhadas também na escola.

Aplausos do L.

A CNN, hoje, noticia que a criança que atacou os colegas era vítima de *bullying*. Nós temos de combater o discurso de ódio e garantir que há medidas de combate ao *bullying* nas escolas. Sabemos que as crianças agressoras são também elas vítimas e que têm de ser apoiadas. E sabemos que foi uma assistente operacional que conseguiu parar o ataque.

Isso leva-me a uma questão muito simples: faltam muitos recursos nas escolas. Já foi referida a questão do problema da falta de professores, mas eu queria focar-me na questão da falta de assistentes operacionais. Sabemos que há outros assistentes e outros profissionais não docentes que fazem muita falta à escola, e o papel dos assistentes operacionais é fulcral na maneira como a escola funciona e no acompanhamento diário das crianças.

Queria saber quando vai ser, então, regulamentada a carreira dos assistentes operacionais, como é que essa articulação vai ser feita com as autarquias e, sobretudo, que garantias é que temos de conseguir aumentar o número de assistentes operacionais nas escolas, porque faltam assistentes operacionais nas escolas que consigam acompanhar as crianças, as crianças com necessidades específicas, e que permitam garantir que a escola funciona no seu pleno. É urgente resolver esta questão para que a escola, de facto, funcione bem.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Ministros, o estado da educação é dramático, reflexo e herança de oito anos de políticas socialistas em convívência com o Partido Comunista e o Bloco.

Protestos do PCP.

Nos últimos anos, milhares de alunos iniciaram anos letivos sem professores a todas as disciplinas. Horários vazios têm aumentado, sobretudo a Português, Matemática, Físico-Química, Geografia e Informática, o que é grave, porque são disciplinas de exame.

Na governação do PS, camuflou-se falta de docentes com excesso de alunos por turma, o que veio sobrecarregar os trabalhos dos docentes. Não se recuperou 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo de serviço porque o Partido Socialista não conseguiu ou não quis.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não quis...!

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Acentuou-se a falta de condições de trabalho nas escolas, o que sobrecarregou comunidades educativas.

Ora, o Ministério da Educação apresentou o plano + Aulas + Sucesso. Assumi a promessa e o objetivo de reduzir em 90 % o número de alunos sem aulas até ao final do 1.º período. Do plano constam três eixos estruturantes e 15 medidas, entre as quais aumentar horas extraordinárias de docentes, trazer docentes reformados para o ativo e permitir que mestrados, doutorados e investigadores com formação científica possam dar aulas.

Nós percebemos a bondade dos objetivos. O problema é que este Governo vai de plano atrás de plano, criando nas pessoas a expectativa de que os problemas se resolvem com um estalar de dedos, mas sabemos que não é assim, porque os problemas são profundos. As propostas são de fragilidade, não há nada de concreto e é tudo baseado em «ses».

As minhas perguntas são: mantêm os objetivos que assumiram? Se não, quais são os novos objetivos? Como é que vão garantir que os alunos não ficam para trás, conseguem recuperar e ficar ao nível dos restantes? E, por último, se o plano do Governo falhar, qual é o plano B?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro dispõe de 3 minutos para responder. Faça favor.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, em relação ao evento trágico da Escola Básica da Azambuja, que temos vindo a acompanhar, apesar de tudo parece-nos um caso isolado, específico do aluno, o que não quer dizer que não tenhamos desafios grandes na área da segurança e da estabilidade dentro das escolas.

Em relação ao papel importantíssimo dos assistentes operacionais, uma primeira questão: aumentar o número. O Ministério não consegue dizer qual é o número, esses dados não existem, para percebermos o nível em que estamos de monitorização da descentralização. Não existe, ou seja, essa monitorização não foi feita.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Legado socialista!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Há rácios teóricos. Já recebi dezenas de presidentes de câmara desde que estou em funções há cinco meses e meio e vou pedindo para confirmar, mas isso não existe. Mas vai passar a existir, vai passar a existir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Precisamente, temos algumas zonas cinzentas, mas isto é natural. O processo de descentralização começou há cinco anos, é natural que precise de ser diagnosticado e melhorado. É normal. Uma coisa é o que está na lei, outra coisa é depois como é implementado. Há câmaras que estão a fazer um excelente trabalho e onde não há problema de falta de assistentes operacionais nem de pessoal não docente de nenhum tipo, felizmente, porque são câmaras com muitos recursos; há outras onde é assim-assim e há outras onde existe essa falta. Mas esse diagnóstico não está feito, como não temos sequer a capacidade, neste momento, de avaliar as transferências que são feitas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O que é que eles andaram a fazer nestes últimos oito anos?!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Estamos a trabalhar, precisamente, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que é quem tem a tutela deste pessoal não docente, e o objetivo é conseguirmos um melhor enquadramento, os perfis mais adequados à situação que referiu, que aconteceu ontem. É preciso um perfil especial para conseguir lidar com uma situação daquelas e também formação adequada para conseguir lidar com o diferente tipo de situações que surgem todos os dias no dia a dia das escolas.

Em relação à questão da Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, primeiro, eu gostava, se calhar, de frisar qual é o objetivo. Enunciámos um objetivo geral, que é reduzir de uma forma muito significativa o número de alunos que não têm aulas durante períodos prolongados. Mas, como isso não é suscetível de ser medido, o que fizemos foi uma medida de reduzir em 90 % o número de alunos que, no 1.º período do ano letivo passado, estiveram sem aulas durante todo esse período. É essa a medida. É 20 887 o número de alunos que estiveram sem aulas durante todo o 1.º período a uma disciplina.

Por isso, em relação aos «ses» que referiu — é verdade, é um «se» —, o que estamos a fazer é experimentar medidas novas, e quando experimentamos medidas novas e adicionamos outras medidas, é precisamente porque não temos a certeza se elas vão funcionar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem! É assim que se faz!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Mas é precisamente porque são novas, porque nunca ninguém as tomou.

Temos dito aos diretores, a todos os agentes, que se tiverem outras ideias que nos permitam ajudar a resolver este problema dos alunos sem aulas, para o qual queremos mobilizar a sociedade portuguesa, estamos totalmente disponíveis para as implementar, para criar o enquadramento. É isso que estamos a fazer. Este concurso extraordinário basicamente foi decidido depois de percebermos que o concurso anterior não resolveu o problema, em particular na Área Metropolitana de Lisboa ou na região de Lisboa, no Alentejo...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Temos agora o grupo final de pedidos de esclarecimento.

Para o efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queremos também associar-nos às palavras de solidariedade para com a comunidade escolar da Escola Básica da Azambuja.

Sobre esta discussão que estamos aqui a ter, há uma questão que não posso deixar passar. Sr.^a Deputada Ana Gabriela Cabilhas, sabe onde é que esteve o PCP? Olhe, esteve com os estudantes, esteve com os professores, esteve com os trabalhadores.

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Sabe quem é que não esteve? Foi o PSD. O PSD é que não esteve! Houve vários momentos na Assembleia da República em que nunca faltaram as propostas e as soluções do PCP para resolver os problemas da escola pública.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É, é!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Estiveram ao lado do PS!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sabe o que é que faltou? Os votos favoráveis do PSD, e também do PS, do CDS, da Iniciativa Liberal e do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas vocês é que aprovaram os Orçamentos do Estado!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Foi isso que faltou para resolver os problemas. Portanto, a responsabilidade dos problemas da escola pública é das opções políticas de sucessivos Governos. O que falhou foi isso e são necessárias respostas.

Sr. Ministro, a questão que eu gostaria de lhe colocar neste momento prende-se com o seguinte, porque, dada a falta de professores na escola pública, é de facto necessário resolver este problema. O Sr. Ministro, na

sua intervenção, até reconheceu que aquilo que o Governo está a fazer pode não ser suficiente e não vai ser. Não vai ser! A questão é: qual é o caminho que quer prosseguir para, de facto, contratar e fixar os professores? Qual é o caminho e os compromissos que assume para valorizar a carreira, a profissão docente, e também para valorizar as carreiras dos demais trabalhadores? Não faz nenhum sentido que psicólogos, técnicos especializados, professores com três ou mais anos de serviço não sejam integrados na carreira. Desempenham funções permanentes e devem ser reconhecidos no plano dos seus direitos, da sua carreira, das progressões e dos salários. O que é que o Governo está disposto a fazer relativamente a esta matéria?

Vozes do PCP: — Muito bem!

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, bem como os Srs. Ministros.

Antes da minha intervenção, não posso deixar de fazer um comentário: é que, pela intervenção do Chega, ficou bem clara a falta que a disciplina de Cidadania faz para que tenhamos jovens esclarecidos e informados no nosso País.

Risos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Faz, faz! Por isso é que vocês têm 0 % nas sondagens!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sobre a escola pública e a sua intervenção, Sr. Ministro, aderimos à solidariedade em relação ao acontecimento na Azambuja, mas recordo que também houve no Agrupamento de Escolas de Vimioso, em Bragança, um episódio de violência sexual contra um menor, e por isso era importante percebermos o que é que, no combate ao *bullying* e à violência sexual, está a ser feito.

Recordo que existe o dever de participar à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vergonha!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... episódios desta natureza, para uma maior prevenção. O mesmo não está a acontecer, até por receio, muitas vezes, da avaliação que possa ser feita em relação aos agrupamentos escolares. Neste sentido, esta dimensão é absolutamente fundamental para que se criem incentivos para uma maior prevenção.

Por outro lado, também faltam medidas de sensibilização e de apoio às vítimas e o Sr. Ministro não falou nesta dimensão. O que é que está a ser efetivamente feito para garantir que nos agrupamentos há, então, apoio psicológico, a par, evidentemente, de outras dimensões, nomeadamente a psicossocial, para que as vítimas possam ser efetivamente apoiadas e para que, acima de tudo, sejam prevenidos estes episódios, bem como, depois, acompanhados posteriormente os processos?

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — À Sr.^a Deputada fez-lhe falta a disciplina de Religião e Moral!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, quanto à questão da Sr.^a Deputada Paula Santos, no fundo, já respondi a uma parte há pouco, porque aquilo que estamos a fazer, em termos da valorização da carreira docente...

Continuação de protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Por favor, o Sr. Ministro está a falar, agradecia que não o interrompessem. Muito obrigado.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Em termos de valorização da carreira dos professores, não se trata apenas da recuperação do tempo de serviço. Temos dito desde o início que isso foi apenas um primeiro passo, porque tem de ser muito mais do que isso, passando obviamente pela revisão do Estatuto da Carreira Docente.

Mas não é só porque os professores não se sentiam valorizados socialmente. Em Portugal, não temos, de facto, falta de pessoas diplomadas; o que temos é falta de capacidade para atrair pessoas qualificadas, muitas delas com a profissionalização, para estarem na carreira docente. Por isso, não estamos numa situação como estão outros países e como Portugal esteve nos anos 80, quando não tínhamos mesmo recursos para conseguir responder à universalização da educação. Esses recursos existem e temos é de tornar a carreira suficientemente atrativa. Penso que as medidas que em pouco mais de cinco meses tomámos vão precisamente nesse sentido.

Devo dizer que, este ano, no concurso nacional de acesso, infelizmente, as vagas para vários cursos de educação ficaram aquém em relação a número de candidatos, como primeira opção, o que é um sinal de que provavelmente podemos ter já um pouco mais de atração para a carreira de professor.

É que a carreira de professor, se tiver condições laborais e salariais, bem como muitas outras dimensões valorizadas, é uma carreira para a qual não é difícil atrair pessoas, porque é uma das profissões mais nobres e com mais impacto que temos. Por isso, penso que é simplesmente percebermos isto e darmos o valor que é devido aos professores. Se o fizermos, vamos ter pessoas disponíveis para dar aulas e não vamos ter esta discussão, que é absurda, em 2024, em Portugal, um país que diploma dezenas de milhares de pessoas por ano e que não tem professores para dar aulas. Isso é que é inexplicável!

É uma questão de termos os incentivos adequados para que, de facto, aqueles que querem ser professores sejam professores. Há milhares de pessoas em Portugal que querem ser professores, porque é uma profissão extraordinária. Por isso, estou convencido de que, mudando esse enquadramento, vamos ter a solução para o problema. Mas temos de ter vontade para isso. Este Governo já mostrou ter disponibilidade e vontade para isso e está a fazê-lo.

Em relação aos técnicos especializados — e respondo também um pouco à questão da Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, quanto aos psicólogos —, permitimos às escolas que renovassem todos os contratos de psicólogos e de outros técnicos especializados que estão nas escolas há mais de 10 anos precariamente, e já anunciámos que vamos abrir concursos para essas pessoas. Não é o Ministério a contratar diretamente, ou seja, vão ser as escolas.

Obviamente, temos uma população escolar a aumentar, a aumentar na diversidade. É evidente que, para um Governo que aposta na educação, não podemos desinvestir nessa área, vamos antes investir mais nessa área. Acho que não preciso de estar sempre a dizer isso, porque estamos a mostrar que é isso que queremos fazer. E temos sido consistentes, entre os objetivos que fixámos, na importância que damos à escola pública e aos recursos que estamos a pôr na escola...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Dou nota de que está presente nas galerias um grupo de 38 pessoas da Universidade Sénior de Penela, Coimbra. Um aplauso para eles.

Aplausos gerais.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Ministro, há pouco, quando mencionei António Pina, foi precisamente para lhe pedir que não perca tempo.

O Sr. Ministro, desde que tomou posse, andou a regatear os apoios aos professores deslocados. Aprovou um, viu que não era suficiente, veio aprovar outro, vai alargando...

Protestos do PSD.

Digo-lhe já: este que acabou de aprovar continua a não ser suficiente, porque cria desigualdades. Não regateie o apoio. Nós precisamos que todos os professores deslocados, sem desigualdade, recebam o apoio que é merecido por estarem deslocados e estarem a prestar um serviço público.

A mesma coisa com a profissionalização dos professores. Neste momento, há milhares de diplomados que não são professores, são licenciados, a quem agradecemos o esforço de estarem a trabalhar na escola pública, mas que não têm formação para dar aulas. Há milhares deles nas escolas públicas. Quem está a dar aulas hoje não são professores que estão a retornar à escola; são diplomados sem formação para professores que estão nas escolas e que têm de ser profissionalizados o mais rapidamente possível, e é essa urgência que eu lhe peço.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Ministro da Educação: A crise no ensino e a falta de professores também têm um cruzamento muito importante com outra crise que o nosso País está a viver, que é a crise na habitação. E a solução pode estar à frente dos nossos olhos, se conseguirmos arranjar uma solução para ambas ao mesmo tempo, no que diz respeito aos professores.

Eu nunca me esqueço de uma reunião que tive com um sindicato, em que me explicaram que uma professora deslocada para Sesimbra só encontrava um quarto a 400 € por semana.

O Ministério da Educação tem infraestrutura, pode fazer casas de função para professores. Há um plano para isso? Há dinheiro alocado para o poder fazer? Que diferença faria, e seria extraordinário, se os jovens que hoje querem ser professores percebessem que nos grandes centros e nas áreas com pressão turística haveria uma casa à sua espera quando aceitassem o lugar numa escola. O que é que vamos fazer acerca disso?

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo mais pedidos de intervenção nesta primeira ronda, entrariamos na segunda ronda.

Pausa.

O PSD concedeu 30 segundos ao Governo para uma intervenção. Passo então a palavra ao Sr. Ministro. Faça favor.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, é muito rápido. É que a intervenção da Sr.^a Deputada Joana Mortágua ilustra, de facto, uma novidade que este Governo tem: é que nós negociamos.

Nós não aprovámos dois apoios; nós negociámos com os sindicatos, apresentámos um e, como ouvimos quem está do outro lado, aumentámos o apoio.

Não é aprovar dois. Na negociação, melhorámos o apoio. É muito diferente.
É falta de hábito com a negociação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do BE e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É por tentativa e erro!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É diálogo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E não responde à intervenção do Livre?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do Partido Socialista, para uma intervenção.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dirijo uma primeira palavra de solidariedade para com a escola da Azambuja.

Quero começar por alertar para o perigo do discurso irrealista de degradação da escola pública, ignorando todo o caminho feito, com melhorias significativas, sobretudo entre 2016 e 2023.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Ah!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — A escola pública é responsável: pela evolução na qualificação de jovens adultos, quatro pontos percentuais acima da média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico); pela diminuição dos NEET (*not in education, employment or training*), de 18 % para 13 %, acima da média da OCDE; pelo acolhimento de crianças de 3, 4 e 5 anos, com uma alta taxa de matrícula muito superior à média da OCDE; pelo aumento da participação em educação e formação de adultos, entre muitos outros aspetos, acompanhados de um aumento de investimento na educação.

Temos uma escola pública que garante o acesso de todos à educação, que promove a qualidade das aprendizagens e o sucesso educativo.

No início de um ano letivo, parece-me justo que reconheçamos o que são factos, até mesmo por uma questão de consideração por todos os profissionais que, com o seu trabalho diário, dignificam a escola pública.

Aplausos do PS.

Mas queria que todos relembassem as palavras do atual Primeiro-Ministro quando era líder da oposição, que, cheio de certezas, criticava o Governo do PS pela falta de professores, dizendo que bastava mudar o Governo para isso se resolver num ápice, nunca reconhecendo que estávamos perante questões estruturais.

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Onde é que isso está escrito?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Onde é que está a citação?!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Fez uma campanha cheia de promessas de resolução rápida dos problemas, anunciou planos de emergência em catadupa, com medidas pouco refletidas e que, além das medidas de

continuidade, nada têm de eficaz. E lá vimos nós o Sr. Primeiro-Ministro dar uma volta de 180 °, reconhecendo que a falta de professores não se resolve de um dia para o outro.

A Sr.^a **Sónia Ramos** (PSD): — Pois não!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Oito anos!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Infelizmente, as medidas deste Governo ainda não passaram de anúncios e, ainda por cima, anúncios sucessivos para a mesma medida e com pouquinho de cada vez.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Ah! Diga um!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Vou dar um exemplo, apenas um exemplo, mas há muitos mais: o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação anunciou, em abril, um plano de emergência para resolver o problema da falta de professores, uma situação que classificou de gravíssima. Em junho, batizou esse plano de + Aulas + Sucesso, uma lista de 15 medidas de emergência, que era apenas isso, uma lista sem nenhum detalhe das condições de operacionalização. Só nos últimos dias de agosto, em cima do início do ano letivo, ficámos a conhecer alguns dos detalhes, com a publicação de um decreto-lei e, claro, de mais um anúncio.

E, assim, lá vão alimentando a máquina mediática, sem resolver o problema sério da falta de professores, que, pelo contrário, se agravou.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O PSD repete — e repete — que foram lançadas 21 medidas na área da educação. Meus senhores, não interessa o número, podiam ser só duas ou três, desde que cumprissem o propósito e fossem eficazes em termos de: primeiro, rejuvenescimento da carreira docente;...

Protestos do PSD.

... segundo, formação de mais professores; terceiro, aumento da atratividade da carreira. Mas não. O que conseguiram foi mesmo um agravamento da situação.

É assim na saúde, é assim na educação.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Conscientes deste agravamento, divulgaram o número de 324 000 alunos sem professor a pelo menos uma disciplina, um valor muito superior ao real, para serem os únicos, repito, os únicos a dizer que os números eram menores neste ano letivo. E isto é grave. Mas pior foi a explicação que o Sr. Ministro deu para este valor. Trazer para o mesmo indicador situações pontuais e excecionais de alunos sem uma determinada aula e situações em que, de facto, não há professor que permita ao aluno ter aulas é não tratar o problema com seriedade.

Lamento ter de dizer que este Governo já mostrou que é incapaz de cumprir as promessas de resolução rápida que fez.

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

Temos um agravamento do número de alunos sem aulas, porque operacionalizou mal o instrumento que o Governo anterior deixou, o concurso de professores,...

Risos do PSD.

... e organizou tardiamente o ano letivo, o que trouxe inúmeros constrangimentos às escolas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Nuncio, embora a Sr.^a Deputada não tenha já tempo para a resposta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas pode ouvir!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado prescinde do pedido de esclarecimento?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não, não.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, então, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é sempre com enorme estranheza e surpresa que oiço responsáveis do PS a falar sobre educação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Se em 2011 o PS trouxe a bancarrota financeira, em 2024 trouxe o caos ao Estado social: o caos na saúde, o caos na habitação, mas sobretudo o caos na educação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esse é o discurso do Chega!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mais do que palavras, todas as avaliações internacionais demonstram inequivocamente que as políticas do PS, em termos de educação, foram absolutamente desastrosas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A escola tem como principal objetivo ensinar. Pois bem, durante oito anos de governação socialista, os alunos portugueses tiveram uma quebra sem precedentes no seu desempenho, que fica muito além dos efeitos da pandemia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não há covid que vos valha.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É perfeitamente normal perceber a frustração do Partido Socialista perante os factos.

As instituições internacionais, os estudos internacionais do PISA (Programme for International Student Assessment) demonstraram, em 2022, que o desempenho dos alunos portugueses caiu abruptamente em todos os domínios; que a maior queda foi em Matemática, caindo 20 pontos face a 2015, que foi o último ano do Governo do PSD e CDS; que a queda em Portugal foi muito superior à média dos países da OCDE; e que Portugal registou, em 2022, o pior resultado desde 2006.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente! E não é da covid!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Governar depois do PS é sempre um martírio e, em 2024, esta sina, infelizmente, repete-se.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Ministro da Defesa que o diga!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, como sempre, o PS chumba no exame de assumir responsabilidades pelos seus fracassos. Para escapar à realidade, o PS prefere enfiar a cabeça na areia.

Faço-lhe duas perguntas, Sr.^a Deputada. Em primeiro lugar, pergunto se sabe exatamente qual foi a data em que este Governo tomou posse e entrou em funções. E, em segundo lugar, Sr.^a Deputada, pergunto se sabe quem são os verdadeiros responsáveis pelo atual estado da educação em Portugal. Se tiver dúvidas, eu ajudo: é o PS e as políticas socialistas.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Dado que a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira não tem tempo para responder, passo a palavra à Sr.^a Deputada Ângela Almeida, do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém dá tempo ao PS?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ângela Almeida** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos hoje a discutir o início deste ano letivo de 2024, um debate requerido pelo PCP, e não deixa de ser curioso que o PCP esteja hoje tão preocupado com este início de ano eletivo, quando, em 2015, se esqueceu de colocar esta mesma preocupação de investimento na escola pública no acordo que assinou com o Partido Socialista.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Mas enfim, são coisas do passado, um passado de falta de investimento, de estratégia, de paz na escola — um legado deixado pelo Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

A Sr.^a **Ângela Almeida** (PSD): — O que queremos hoje é falar de presente e de futuro. Então, vejamos: neste início de ano letivo, Srs. Deputados, houve a implementação das medidas deste Governo e do Sr. Ministro da Educação, medidas que pretendem responder às necessidades e às dificuldades encontradas na escola pública.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ângela Almeida** (PSD): — O clima de paz e de esperança no sistema de ensino português e na escola pública é notório.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ângela Almeida** (PSD): — Alguns chamam-lhe «pensos rápidos», mas a verdade é que estas medidas estão a mitigar a falta de investimento e estratégia deixada pelo legado do Partido Socialista de oito anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ângela Almeida** (PSD): — E em cinco meses deste Governo, isto revoltou a escola pública, deu uma viravolta.

A decisão de colocar um fim ao Projeto MAIA (Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica), Sr. Ministro, e a de implementação da estratégia + Aulas + Sucesso devolveu aos alunos, professores e famílias uma nova esperança na escola pública, libertando os professores de uma carga burocrática inacreditável, colocando o foco nas aprendizagens e nos conteúdos programáticos, numa estratégia de combate ao abandono escolar focada no essencial: na escola, nos alunos, nas aprendizagens, nos professores, nas famílias e no pessoal não docente.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Partido Socialista critica este Governo pelo facto de, em cinco meses de governação, implementar um pacote de medidas estruturantes, no caso...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Tender, do Chega.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Começo por desejar, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, um bom ano letivo a todos os alunos, professores e demais profissionais das nossas escolas, lamentando que este recomeço seja marcado pelos mesmos problemas dos anos anteriores.

Na sessão de apresentação do Programa do Governo, o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação afirmou que o Estado tem a obrigação de providenciar os recursos necessários às escolas e fez referência aos problemas e desafios que afetavam o seu normal funcionamento.

O diagnóstico era claro. No entanto, no início deste ano letivo, milhares de alunos estão, de novo, sem aulas a pelo menos uma disciplina, o que tem impactos gravíssimos na aprendizagem. Como e quando vai ser resolvido este problema?

Alguns pais procuram colmatar esta lacuna pagando explicações, que oneram as famílias, mas muitos alunos ficam sem qualquer apoio perante esta amputação curricular, o que perpetua e agrava as desigualdades sociais e impede que a escola funcione como elevador social e como espaço promotor da efetiva igualdade de oportunidades.

Aplausos do CH.

Foi o Sr. Ministro quem afirmou, e cito: «O futuro de milhares de jovens é traçado pela escola que lhes calha em sorte ou, para muitos, em azar.»

Não podemos permitir que o futuro dos nossos jovens seja encarado como um jogo de sorte e de azar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — As escolas têm de ensinar e capacitar os nossos jovens a desenvolverem as competências que os habilitem a alcançar a realização pessoal, social e profissional.

Aplausos do CH.

Mas continuam a faltar recursos nas escolas: psicólogos, técnicos, terapeutas, assistentes operacionais e técnicos. Tudo isto afeta o seu normal funcionamento e a qualidade das aprendizagens.

Cabe ao Estado garantir que não haverá escolas sem condições dignas, escolas onde a chuva se infiltre, onde não haja verbas para aquecimento e os alunos tenham de estar de mantas, no inverno, ou onde não se consiga estar, com o calor, no fim do ano letivo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exato!

A Sr.^a **Manuela Tender** (CH): — Cabe também ao Estado garantir o número adequado de recursos humanos e a requalificação dos espaços, mas ele tem falhado muito às escolas e o PS e o PSD não podem fugir às suas responsabilidades.

Desvalorizou-se a profissão docente, promoveu-se a precariedade, convidaram-se pessoas a emigrar, criaram-se entraves na progressão...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

Pausa.

Tem afinal a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, novamente, não posso deixar de fazer uma referência. Ó Sr.^a Deputada, a partir de 2015 e com a intervenção do PCP, veja lá o que se conseguiu com a luta dos trabalhadores: o fim da PACC (prova de avaliação de conhecimentos e capacidades); o fim da BCE (Bolsa de Contratação de Escola); o fim dos exames dos 4.^o e 6.^o anos; a reposição do número de alunos por turma, que o PSD aumentou mas que deveria ter sido reduzido;...

Protestos do PSD.

... os manuais escolares gratuitos — e quão importante isso é para as famílias;...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Isso, manuais escolares gratuitos!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... o passe escolar gratuito para as crianças com 12 anos... Estão com essa cara, a desvalorizar, mas as famílias e as pessoas que nos estão a ouvir sabem como isto foi importante para o avanço da escola pública.

Protestos do PSD.

E sabe porque é que não se avançou mais? Porque os partidos da política de direita o impediram. Essa é que é a verdade!

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E a geringonça?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E sabe porque é que agora é contabilizado o tempo de serviço? Pela luta dos professores, porque foram obrigados a isso.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E a geringonça?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quantos Deputados elegeram em 2019? Diga lá! Quantos é que elegeram?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Foi a luta dos professores que o permitiu e assim avançou.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, são necessárias muitas respostas, mas eu gostaria ainda de fazer uma referência à atribuição do complemento que o Governo decidiu, um apoio que cria muitas injustiças e desigualdades. Há muito mais carências e vagas que o Governo está a ignorar.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa não regista mais inscrições para a primeira ronda, pelo que daremos início à segunda ronda.

Passo então a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Não há vagas para garantir a universalização do pré-escolar nem o tão afamado programa Creche Feliz. Faltam milhares de vagas, e isso quer dizer que ao dia de hoje, 19 de setembro, ainda há muitas famílias — nem sabemos bem quantas — que desesperam sem saber onde podem encontrar uma vaga para os seus filhos na creche ou no pré-escolar.

Isto quer dizer que o direito daquelas crianças — porque o direito é das crianças, acima de tudo — a frequentar a creche e o pré-escolar não sai do papel, porque não há um serviço público que possa garantir que elas têm acesso àquele direito.

Isto nasce, ou tem como origem, uma irresponsabilidade: a irresponsabilidade do Partido Socialista ao criar um programa de gratuidade das creches e ao prometer a universalização do pré-escolar sem garantir uma rede pública, tanto de pré-escolar como de creches, que oferecesse as vagas necessárias para o que tinha prometido.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

O crescimento das expectativas e o aumento da procura não teve a contrapartida em vagas, porque o Partido Socialista estava convencido de que o mercado ia resolver isto e que, com um sistema de cheque-ensino ou cheque-creche, o problema ficava resolvido.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Não resolveu, agravou! Agravou e, agora, temos crianças de 3 anos que não têm lugar no pré-escolar, e o problema é que a partir dos 4 anos é a própria lei que obriga à universalização e à gratuidade da frequência no pré-escolar.

Portanto, o que queria deixar aqui como uma preocupação é o seguinte: é um erro insistir nesta política de cheque-ensino e de privatização, em vez de se criar uma rede pública para garantir a universalidade do pré-escolar e das creches.

Mas, já agora que aqui estou, queria deixar também uma pergunta: além das creches, será que o Sr. Ministro vai também pôr as famílias a pagar mais pelas propinas nas universidades? Quer responder-nos a esta pergunta, de uma vez por todas?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma primeira palavra de solidariedade aos alunos, aos pais e aos professores da Escola Básica da Azambuja.

O Governo do PS deixou a educação num caos total. O estado atual da educação em Portugal é reflexo direto da herança da governação desastrosa do Partido Socialista na educação.

Protestos de Deputados do PS.

Depois do caos, a estabilidade que o atual Governo quer trazer à educação começa com três números: 70 000, 2300 e 90.

Ou seja, 70 000 professores com acerto salarial pela recuperação do tempo de serviço; 2300 vagas extraordinárias abertas para professores; e 90 %, que é o valor da redução do número de alunos sem aulas.

Em primeiro lugar, 70 000 professores vão recuperar o tempo de serviço congelado na governação do Partido Socialista. Com os professores, este Governo conseguiu, em poucos meses, o que o PS não conseguiu em oito anos de governação.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Em segundo lugar, 2300 vagas imediatas para a vinculação extraordinária de docentes nas zonas do País com maior dificuldade em atrair professores. Esta medida permitirá a fixação de professores em zonas carenciadas, com um vínculo estável e permanente, garantindo que os alunos terão aulas.

Em terceiro lugar, a redução em 90 % do número de alunos sem aulas a uma disciplina, até o fim do 1.º ciclo, face a igual período do ano passado.

Três objetivos concretos e três medidas que marcam a diferença entre o caos socialista e as políticas de educação do atual Governo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas a educação, em Portugal, não se resume à escola pública. As escolas privadas também prestam um serviço público de educação,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... assegurando aos alunos mais carenciados dos ensinos básico e secundário este direito fundamental, em zonas do País onde a oferta de ensino público não chega.

Por isso, o CDS saúda o Governo pelo aumento do financiamento, por turma, nas escolas com contrato de associação, um valor que não era atualizado desde 2015, quando a ideologia atropelou a realidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Finalmente, o CDS abriu em Portugal um debate sobre o uso de telemóveis nas escolas.

Por isso, o CDS também não pode deixar de saudar o Governo pela recomendação de restrições ao uso de telemóveis nas escolas portuguesas. É um passo no sentido certo.

No entanto, o CDS quer ir mais longe, e, em função dos resultados do debate que agora abrimos, iremos tomar iniciativas legislativas. Não queremos formar uma geração de jovens alienados, que não brincaram, não conviveram, não socializaram e não fizeram amigos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O PS deixou a educação num caos total. Este Governo vai devolver a educação, a dignidade e a qualidade que os jovens portugueses merecem.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que engraçado, o CDS diz que o PSD não faz nada e o PSD bate palmas!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Grande lata!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E os Srs. Deputados do Chega, que vieram do PSD e do CDS, esquecem-se de onde vieram! É preciso lembrar isto!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Associo-me, obviamente, à mensagem de solidariedade que o Sr. Ministro prestou, na sua intervenção, e, falando de educação, importa dizer que Portugal não pode continuar a formar o futuro com as ferramentas do passado.

A educação é um pilar fundamental do desenvolvimento pessoal e social que se traduz numa sociedade mais justa e próspera, é o garante, em qualquer sociedade, de que o elevador social existe e funciona, mas este é o cenário que enfrentamos: alunos sem professores, escolas que lutam contra a falta de recursos, professores desmotivados e sobrecarregados e uma política educativa presa ao passado.

Em março, os portugueses revelaram nas urnas que queriam mudança e a educação precisa de uma verdadeira transformação.

Temos de libertar as escolas da burocracia e da centralização excessivas, permitindo que se adaptem melhor às necessidades dos seus alunos. As escolas devem ter autonomia para inovar, escolher métodos pedagógicos adequados à realidade local e envolver a comunidade de uma forma mais ativa.

A educação não pode ser uma fábrica de alunos, deve ser um espaço de aprendizagem criativa e personalizada. Além disso, o papel dos professores é crucial, mas temos um sistema que os desvaloriza, com carreiras estagnadas e uma carga administrativa insustentável.

A Iniciativa Liberal quer uma reestruturação e verdadeira valorização da carreira docente, com progressões baseadas no mérito e uma remuneração que reflita a responsabilidade de formar as gerações futuras.

O ensino não pode ser apenas o privilégio de alguns. Famílias e alunos devem ter a liberdade de escolher as opções educativas que consideram melhores, com um verdadeiro financiamento do aluno e não das instituições, permitindo a diversidade de oferta e a competição saudável entre os estabelecimentos de ensino.

Retomem-se os contratos de associação, pense-se nos contratos simples e de desenvolvimento que permitem a tantos alunos do nosso País ter oportunidade de ambicionar mais.

A melhoria das condições de ensino e o combate à desigualdade de oportunidades não serão alcançados sem uma reforma profunda, para a qual é preciso energia, coragem e ambição, uma reforma que coloca os alunos no centro das decisões e capacita as comunidades.

A Iniciativa Liberal tem uma visão distinta para a educação em Portugal e, por essa visão, pelos alunos de hoje e de amanhã, continuaremos a lutar.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Ferreira, do Partido Socialista.

A Sr.ª Deputada tem 5 minutos para a sua intervenção, faça favor.

A Sr.ª **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Deputado Paulo Nuncio: Sobre o perigo de utilizar o discurso do caos na escola pública, recomendo-lhe ouvir a minha intervenção de há pouco.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Toma!...

A Sr.ª **Isabel Ferreira** (PS): — Sobre os resultados da governação PS, quero lembrar que fomos nós que reforçámos o Orçamento do Estado para a Educação em 44 %;...

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

... que trouxemos 9000 professores de regresso ao sistema, depois da saída de 28 000 professores no período da Legislatura de 2011-2015, convidados a emigrar pelo PSD;...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto, da Deputada da IL Patrícia Gilvaz e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

... que fizemos a maior vinculação de professores de sempre — 29 000 professores; e que abrimos cerca de 21 000 vagas de quadro para combater o flagelo da precariedade que herdámos, bem como para trazer estabilidade à vida pessoal e profissional dos professores.

Protestos de Deputados do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

A governação PS descongelou carreiras, criou índices remuneratórios para professores contratados, reduziu as distâncias internas dos quadros de zona pedagógica,...

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E o tempo de serviço?!

A Sr.ª **Isabel Ferreira** (PS): — ... integrou milhares de trabalhadores na área da Educação pelo PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública), reforçou o número de psicólogos e terapeutas da fala,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E o PISA 2022?

A Sr.ª **Isabel Ferreira** (PS): — ... disponibilizou aos alunos e professores computadores portáteis, aumentou vagas nos cursos de formação de docentes,...

Protestos de Deputados do CH e do CDS-PP e contraprotestos de Deputados do PS.

... investiu na requalificação de escolas, atribuiu manuais escolares gratuitos durante a escolaridade obrigatória, garantiu a gratuitidade das escolas...

Protestos de Deputados do CH e do CDS-PP e contraprotestos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, peço o favor de deixarem intervir a Sr.ª Deputada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o PS que não se cala!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Foram 90 000 crianças com creche gratuita que nós deixámos, e criámos 20 000 novas vagas.

A lista continua e continua, mas não tenho tempo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Foi o desempenho dos alunos!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Maria José Aguiar, do Chega, que dispõe de 4 minutos e 30 segundos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: No arranque do ano letivo, o Partido Comunista Português decidiu marcar um debate sobre educação, sobre o estado da escola pública em Portugal, e este debate tem sido um tanto ou quanto curioso.

O PCP veio bradar aos sete ventos que a escola pública está uma desgraça, que há falta de professores, que há falta de investimento, que a educação em Portugal está pelas ruas da amargura,...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É a política que vocês defendem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — ... esquecendo-se de que os grandes responsáveis pelo estado a que isto chegou são justamente os senhores, que, com o Bloco de Esquerda, andaram de mão dada com o PS durante mais de seis Orçamentos!

Aplausos do CH.

Por isso, não é aos senhores que me dirijo, mas sim aos portugueses que nos escutam lá em casa e aos professores, de uma forma muito particular: caros colegas, sei bem o que sentem, o que têm passado, o que sofrem. Também eu, durante 33 anos letivos consecutivos, o senti.

Começamos esta semana o ano letivo e já tivemos milhentas reuniões de departamento, de conselhos de turma, de diretores de turma, com burocracias infundáveis para preencher. Ainda vamos na segunda quinzena de setembro e já estamos exaustos! Tantos quilómetros percorridos, tão longe de casa que estamos. Somos apaixonados pela profissão, mas trabalhar nestas circunstâncias é penoso e difícil.

Aplausos do CH.

Nesta semana, um aluno esfaqueou, numa escola da Azambuja, seis colegas e um professor. Lamentável! Oiço esta história e arrepio-me, mas penso em tantas, tantas outras que se passaram com colegas minhas e que ficaram no silêncio: no silêncio da depressão, do *burnout*, das lágrimas vertidas no seio da família.

Família, sim, porque os professores também têm família. É verdade que trabalham a muitas centenas de quilómetros de casa, mas também eles têm uma casa, que não é itinerante como eles, a que chamam lar.

São estes professores que o Governo discrimina, quando diz que a uns atribui apoios à deslocação e a outros não atribui. É a estes que escreve cartas de amor hipócrita, oportunista, interesseiro.

Aplausos do CH.

Risos de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isto é ridículo!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — O início do ano letivo está aí, mas com ele tudo o que são velhos problemas mantêm-se e agravam-se. O Governo, diante desta prova de fogo, parece impotente, incapaz, titubeante.

Se não quer, se não sabe como ou se não pode, deixe para o Chega: nós sabemos, nós queremos, nós trabalharemos incansavelmente até que não haja um só aluno em Portugal sem professor!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Alves, do PSD, que dispõe de 5 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

Continuação de aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já combinaram com o eleitorado ou dispensa-se? Já está no bolso?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens 30 votos na Azambuja!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há uma formalidadezinha, que é os portugueses votarem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se eu tivesse 30 votos na minha terra não saía à rua!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Tenham respeito pelos portugueses e pelos eleitores!

Pausa.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A abertura do ano letivo é um momento aguardado com grande expectativa nas comunidades educativas, pelas oportunidades que se oferecem aos alunos, e em todo o País, que assiste ao regresso ao quotidiano, à normalidade.

É através da educação que formamos indivíduos para o futuro e que procedemos às transformações sociais que ambicionamos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Investir em educação é, portanto, um fator decisivo e fundamental para a realização de cada um como indivíduo e para a nossa afirmação como País.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Neste ano letivo, os portugueses ficaram a saber a verdade sobre a falha mais grave do sistema educativo: alunos sem professores por períodos prolongados. É um problema que os Governos socialistas levemente camuflaram, com cosmética estatística, sem acautelar o superior interesse dos alunos, em particular os alunos provenientes de famílias com menos recursos. Foram muitos anos de desinvestimento em educação.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — É mentira!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje, falamos claro com as famílias, há transparência e verdade na informação. A falha existe, efetivamente; o problema é grave e robusto. Não dissimulamos nem fazemos cosmética estatística, olhamos para o problema na sua dimensão máxima.

No passado ano letivo, estiveram 324 alunos sem aulas.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Só?

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É um problema sério de aprendizagem, um problema que se multiplica, no mesmo aluno, em diferentes áreas do conhecimento.

Para o PS, um aluno não ter aulas a uma ou a cinco disciplinas é precisamente a mesma coisa. Para nós, não! Para nós é aprofundar desigualdades.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — O PS, no Governo, desvalorizou a dificuldade e não a enfrentou na sua real dimensão. Minimizou-a, e, apesar dos alertas, preferiu ignorá-la durante anos.

A 17 de dezembro de 2021, Tiago Brandão Rodrigues, Ministro da Educação, em resposta às críticas do PSD por ignorar o problema de falta de professores, afirmava: «Os números que têm vindo para a praça pública, muitas vezes, são única e simplesmente alarmistas.»

Por seu lado, cinco meses depois, no debate do Orçamento do Estado para 2022, João Costa, já Ministro da Educação, confrontado com a possibilidade de, em dois ou três anos, os alunos poderem ficar sem professor a pelo menos uma disciplina, respondeu: «Se nada for feito, nós estamos cá para fazer e esperamos fazer bem, para não termos uma situação tão catastrófica como a que é prevista.»

É assim o PS, cómico e paradoxo. Uma vez fanfarrão, outra vez apreensivo.

Aplausos do PSD.

Segundo o PS, no espaço de cinco meses, a falta de professores passou de uma mentira alarmista do Partido Social Democrata para uma situação catastrófica, mas ainda mais grave é ter reconhecido esta complicação e nada ter feito para a resolver. Não se conhece uma única medida apresentada pelo Partido Socialista e pelos seus Governos capaz de responder a esta vicissitude.

Assumimos com humildade que não se resolve em cinco meses o que se negligenciou durante oito anos. Foi preciso agir com pragmatismo e fazer o controlo dos danos.

O problema da escola pública, como já referi, é um problema de aprendizagem, não é um problema de estatística. Foi assim que este Governo apresentou 21 medidas: 17 são medidas de emergência, onde se incluem o apoio à deslocação de professores e o concurso extraordinário de vinculação, e temos ainda mais quatro medidas estruturais.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Ministro da Educação, quero aproveitar esta oportunidade para felicitar V. Ex.^a pela iniciativa da realização do concurso extraordinário de vinculação de professores em escolas carenciadas, permitindo ainda aos docentes que beneficiem de um apoio à deslocação, que varia entre os 150 € e os 450 €.

Quero felicitá-lo pelo carácter inovador deste concurso e por ter posto o foco em alunos sem aulas. Não ignorou o falhanço da escola pública nem a desigualdade e não permitiu que houvesse uma continuada violação dos direitos humanos e da Constituição da República.

Em educação, nada — nada mesmo! — é mais importante do que garantir que os alunos têm aulas de qualidade, a que têm direito. Este é o nosso propósito, este é o nosso compromisso.

E é também este mesmo PS, em que, de uma forma ou de outra, esteve sempre Pedro Nuno Santos, que agora tem o desprante de pôr em causa a continuidade de um Governo legitimamente eleito,...

Vozes do PS: — Oh!...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... em vez de se permitir um período de vergonha e ausência por uma destruição educativa cujos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

Risos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação, que dispõe de 10 minutos.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: Na minha intervenção inicial, fiz questão de enfatizar os progressos extraordinários que foram feitos na educação nas nossas cinco décadas de democracia, e faço-o sempre. Isso não quer dizer que não tenhamos a obrigação e a responsabilidade, quando estamos nas posições em que estamos, de identificar as falhas que continuamos a ter e o incumprimento daquilo que está previsto na Constituição.

Por isso, colocamos um grande foco na igualdade de oportunidades e nas condições necessárias para essa igualdade de oportunidades. De facto, elegemos como prioridade para a Legislatura acabar com este flagelo dos alunos sem aulas. Usámos muitos números e definimos um objetivo, que já explicitiei há pouco, para medir esse problema, para mostrar à sociedade portuguesa a gravidade do problema.

É nesse contexto que surgem os «324 000», que surgem os «994», que surgem os «20 887»: são todas medidas diferentes, mas todas mostram a mesma coisa. Temos um problema gravíssimo, porque excluímos do acesso à aprendizagem... E a OCDE mostrou, ainda no seu último relatório, que a perda de aprendizagens pela ausência de aulas a disciplinas tem um impacto muito significativo no percurso escolar dos alunos. Por isso, não podemos ignorar isto.

Penso que há um mérito que temos, porque foi precisamente um dos nossos propósitos iniciais: mobilizar a sociedade portuguesa para este problema, colocar este problema no centro da nossa discussão. Penso que conseguimos convencer muitas pessoas, muita gente; lamento não ter conseguido convencer o Partido Socialista, que continua a desvalorizar este problema.

Aplausos do PSD.

Lamento mesmo não ter conseguido convencer o Partido Socialista, que continua a desvalorizar este problema.

Este problema é, de facto, muito grave e nós temos de olhar para ele. Tem múltiplas causas e temos de olhar para a frente, com visões diferentes, que ficaram claras também aqui neste debate. Todos acreditamos que a educação é o principal instrumento que as famílias têm à sua disposição para melhorar a sua vida e a vida das suas famílias. Por isso, penso que, no essencial, estamos unidos.

Relativamente às medidas que temos tomado, que também foi um dos tópicos que aqui foi muito discutido — com a questão do apoio à deslocação associado ao concurso extraordinário que abrimos —, nós trabalhamos com métricas, definimos objetivos e, depois, fixamos em metas quantificadas, para podermos ir monitorizando se as conseguimos, ou não, alcançar.

O que fizemos foi definir um critério com a informação que estava disponível no Ministério — que infelizmente não é tão boa nem tanta quanto seria desejável para podermos fazer política pública de uma forma rigorosa e eficaz, mas vamos melhorar isso —, e com essa informação identificámos 234 agrupamentos de escola classificados como carenciados, sendo que esses 234 agrupamentos, dos 809 que existem, mais as 74 escolas não agrupadas vão poder beneficiar do apoio à deslocação. Apesar de tudo, é uma medida que é experimental para um grupo bastante alargado de escolas. E vamos ver exatamente, vamos testar se chega ou se não chega. É isso que vamos fazer.

Com esse apoio, o que estamos a fazer é, precisamente, a dar um incentivo para atrair professores para as escolas que têm sido mais afetadas por este flagelo de ter muitos alunos sem aulas durante muito tempo. O critério que definimos foi de 60 dias. Foram as escolas que tiveram alunos sem aulas durante 60 dias ou mais, porque temos de ir por partes. No final da Legislatura, idealmente — e esse é o objetivo que nos deixaria

realizados! —, deixaríamos de ter alunos sem aulas em qualquer circunstância. Se o professor ficou de baixa, a escola tem um mecanismo para substituir o professor, tal como acontece em muitas escolas, por exemplo, privadas. Porque é que na escola pública isso não acontece? Vai ter de acontecer.

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação: — Nós temos de ter capacidade de gestão para conseguir garantir isso, porque é assim que se defende a escola pública. E, sem a defesa da escola pública, nós não vamos ter igualdade de oportunidades. Por isso, de facto, nós temos um compromisso muito grande.

Respondendo agora à questão do Sr. Deputado Rui Tavares, que não me esqueci: a questão da habitação é, de facto, um dos principais problemas ou dificuldades para atrair professores para estas zonas. As câmaras municipais — e temos estado em ligação muito próxima com as câmaras municipais —, em muitos concelhos, já estão a fazer isso.

Penso que as câmaras municipais estão muito mais próximas, têm os instrumentos e são muito mais rápidas. Nós, no Estado central, temos dificuldade em conseguir isso. Não estou a dizer que isto não se poderia mudar, mas não conseguimos mudar a estrutura da Administração Pública de um dia para o outro. Gerir residências e o uso de edifícios públicos pelo Estado central não faz sentido. Ou seja, seria ineficiente, não iríamos conseguir colocar as camas, os quartos ou os apartamentos onde eles são precisos — quando as câmaras municipais conseguem, de facto, fazer isso.

Com isto, não estou a desresponsabilizar o Estado central de garantir essas condições para conseguir atrair os professores. O que estou a dizer é que, como em muitas outras dimensões da descentralização — em que a competência é claramente mais bem exercida por quem está próximo dos territórios e das escolas, e por isso defendemos a descentralização —, também neste caso isso pode acontecer.

Isto não quer dizer que o Estado central, que o Governo central, não tenha a obrigação de garantir os recursos e, mais uma vez, volto ao início da minha intervenção: por isso é que o Estado central vai ter sempre um papel essencial na educação, pois a única forma de garantirmos igualdade de oportunidades é garantindo que no processo de descentralização o acesso à educação não dependa das condições financeiras da autarquia. Por isso é que temos de ter um diagnóstico e monitorizar como é que as competências das autarquias estão a ser exercidas, para garantirmos que os recursos são distribuídos de uma forma equitativa. E isso não está a ser feito.

Atenção, pelo facto de irmos fazer esta avaliação não estamos a dizer que está tudo mal. O que estamos a dizer é que temos de melhorar. E esse é o foco do Governo, é melhorar as coisas.

O Sr. Cristóvão Norte (PSD): — Bem, muito bem!

O Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação: — Por exemplo, esta é uma dimensão importante e não quero terminar a minha intervenção sem falar da questão do pré-escolar.

O Sr. Fabian Figueiredo (BE): — E das propinas?

O Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação: — Não tenho problema nenhum em falar de propinas. Acho que não é o âmbito deste debate, mas não tenho problema nenhum em falar de propinas. Nenhum, nenhum! Temos uma visão muito diferente sobre esse assunto,...

O Sr. Fabian Figueiredo (BE): — Gostaríamos de ouvi-lo!

O Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação: — ... mas não tenho problema nenhum, nenhum — absolutamente nenhum. Claro que este Governo e eu não defendemos o fim das propinas.

Aplausos do PSD.

Agora, um tema importante que foi aqui suscitado...

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Não sei se querem ouvir falar de pré-escolar, mas eu acho que o pré-escolar é um tema importante. O Sr. Deputado prefere as propinas!

Aplausos do PSD.

Quero falar de pré-escolar e o Sr. Deputado prefere falar de propinas. Não tenho problema nenhum em falar de propinas, mas o pré-escolar é muito importante e preocupa muito este Governo.

Estamos a trabalhar para resolver o problema, não apenas na rede pública, que valorizamos muito, onde está a ser feito um trabalho freguesia a freguesia — onde as necessidades estão identificadas, quando antes não estavam — e com as autarquias, uma a uma, para aumentarmos o número de salas disponíveis. Estamos também a trabalhar no setor social e no setor privado, porque não temos preconceitos ideológicos sobre a forma de garantir o acesso à educação a todos os portugueses.

Aplausos do PSD.

Só para terminar, em relação ao PS, eu já disse muitas vezes que não fez tudo mal. Aliás, publicamente, já reconheci ao Governo do Partido Socialista, mais do que uma vez, medidas positivas na área da educação. Estiveram cá oito anos e meio, mau era, não é? Quer dizer, mau era!

Aplausos do PSD e da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

Mas, na área da educação, que é uma área tão importante, em que a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira tem defendido o legado do Partido Socialista de uma forma tão veemente,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ui!...

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... como é que nós, em 2024, depois de termos tido um excedente orçamental, que foi a grande festa do Governo anterior, temos agora um défice na área da educação de 200 milhões de euros para pagar salários a professores? E isto sem contar com a recuperação do tempo de serviço!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É uma paixão que esmoreceu há muito tempo, porque, de facto, quando temos uma paixão, nós colocamos recursos.

Protestos da Deputada do PS Isabel Ferreira.

E falar de aumento de recursos, quando temos um défice de mais de 200 milhões de euros na área da educação... Se formos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), são mais 100 milhões de euros. Se juntarmos a educação com o ensino superior, estamos a falar de 300 milhões de euros de défice. São 300 milhões de euros, mas que nós vamos resolver.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Por favor!...

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Não é um favor, é uma obrigação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, dispondo de 3 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente: Há algumas questões que gostaríamos de abordar nesta intervenção e começo já com esta questão do pré-escolar, porque aquilo que é responsabilidade e que é necessário é alargar a rede pública universal e gratuita,...

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

... para todas as crianças dos 3 aos 5 anos terem uma vaga na rede pública. É esta a solução, é este o caminho para responder às necessidades — não é transferir recursos públicos para entidades privadas, porque, como sabemos, o público é de todos e o privado é só para alguns, como bem diz o nosso povo.

E, portanto, a questão necessária é saber, por parte do Governo, da necessidade de investimento para que, de facto, haja vagas gratuitas na rede pública de educação pré-escolar para todas as crianças dos 3 aos 5 anos.

Há uma segunda questão que gostaríamos de colocar ao Sr. Ministro. Na sua intervenção, fez referência ao processo de transferência de competências para as autarquias na área da educação. Nós bem sinalizámos que não estavam identificados os meios, não havia dados para perceber, de facto, o seu impacto. E bem avisámos, também, do que é que isso iria significar, ao colocar em causa a universalidade do direito à educação. A realidade está à vista. Mas, se bem me recordo, na altura, foi o PSD que deu a mão ao PS para que este processo avançasse desta forma, transferindo encargos para os municípios, cujas verbas nem sequer suportam as despesas que estão em cima da mesa.

Também gostaria de lhe colocar uma questão relativamente aos auxiliares da ação educativa: o Governo vai, de facto, rever os rácios que estão hoje definidos? Todos bem sabemos que o número de auxiliares de ação educativa que estão previstos ficam aquém das necessidades, são insuficientes. Precisamos de mais auxiliares nas escolas para acompanhar os estudantes em diversos momentos.

Gostaria de lhe colocar uma última questão sobre a igualdade no acesso e no sucesso escolar. Sobre estas questões, há vários aspetos que importa ter em cima da mesa, nomeadamente a necessidade do reforço da ação social escolar no alargamento dos beneficiários, no alargamento dos apoios, no avanço da gratuidade. Iniciámos esse reforço com a intervenção do PCP, já aqui dissemos, com a gratuidade dos manuais escolares, mas precisamos que a gratuidade seja plena em toda a escola pública. Qual é que é a perspetiva do Governo relativamente a essa matéria?

Sr. Ministro, enquanto um aluno não tiver um professor a todas as disciplinas, há carências e são necessárias respostas. Aliás, aquilo que o Governo adiantou não resolve os problemas, não é a solução, pois são precisas medidas que garantam que todos os alunos têm todos os professores.

Se me permite, para concluir: a escola pública não é só para as famílias que são carenciadas e para os alunos que são carenciados e desfavorecidos, como o Sr. Ministro disse, mas é para todos. De facto, é a escola pública para todos que garante a qualidade, que garante a emancipação, que garante a elevação do nível cultural de toda a população e que garante o desenvolvimento do nosso País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa, do Partido Socialista, que dispõe de 3 minutos e 25 segundos.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Ministros, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Sr. Ministro, há duas coisas em que o Governo socialista está completamente de acordo consigo. A primeira é a gravidade da falta de professores. A segunda questão é que, para isso, é preciso existirem, conectadas, medidas estruturantes e medidas de emergência.

Quanto à primeira questão, a falta de professores, e falando de medidas estruturantes, houve uma atitude do Governo AD (Aliança Democrática) que foi a que se traduziu numa medida estruturante. Quando um Primeiro-Ministro e um Ministro da Educação mandam emigrar os professores e dizem que há professores a mais,...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

... isso tem um efeito estruturante a longo prazo!

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do PSD.

É um efeito estruturante a longo prazo. De 2015 até agora é um efeito estruturante. O Partido Socialista recuperou...

Continuação de protestos do PSD.

Sr. Presidente, eu agradeço que pare o tempo porque eu não tenho condições para continuar.

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Pode continuar, se faz favor.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Posso, não, Sr. Presidente, eu já estive parada uns minutos.

Retomando: dizia eu que esta medida estruturante retirou cerca de 30 000 professores, mas durante os Governos socialistas a recuperação e a atratividade para a formação de professores, entre 2021 e 2023, traduziu-se num crescimento da formação de professores em 43 %.

Mas há uma medida importante, estruturante e muito importante para a atratividade, com a tal falta de professores dramática. E essa medida foi tomada pelo Partido Socialista, durante o seu tempo de governação, em que vinculou 29 000 docentes...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Foi por obrigação!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — ... e, desses, simultaneamente, 21 000 entraram no quadro de escola.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas falemos agora de medidas de urgência. O Partido Socialista também praticou as medidas de urgência, porque elas são exigidas e necessárias em tempos de urgência. Mas o tempo de urgência não justifica que as medidas sejam apressadas, não justifica que as medidas possam introduzir novas irracionalidades e, acima de tudo, injustiças dentro do sistema.

Por isso, voltemos, Sr. Ministro, à questão do apoio à deslocação. É absolutamente injustificável que, no mesmo território, entre docentes que estão deslocalizados, uns recebam apoio à deslocação e outros não recebam apoio à deslocação, porque não estão numa escola dita «carenciada». Isto é uma injustiça. É algo que alimenta a conflitualidade.

Aplausos do PS.

É algo irreparável, que não podemos admitir nem aceitar e que temos de sinalizar.

Por isso, Sr. Ministro, utilizando aquela palavra de que gosta tanto, «irracionalidade», esta medida não é só injusta, é irracional.

Depois, há outra questão que gostava de mencionar por um pequeno pormenor de ironia, uma ironia que não posso deixar passar em branco: o mesmo diploma que fala do apoio, fala do concurso extraordinário de pessoal docente. Nesse concurso extraordinário, o Sr. Ministro estipula como opositores ao concurso, como primeira prioridade, os professores com habilitação, mas, como segunda prioridade, os de habilitação própria.

É muito irónico que, quando o Partido Socialista fez isso, para termos de colocação de escola, as vozes eram que «desqualificámos a formação». E as vozes foram muitas e essas vozes agora estão silenciosas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada Rosário Gambôa, a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, inscreveu-se para formular um pedido de esclarecimento, Tem a palavra, Sr.^a Deputada. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Rosário Gambôa, gostava que recordasse à Câmara, e aos portugueses, quanto tempo é que o Governo do Partido Socialista esteve em funções.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa. Dispõe de 10 segundos.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, aconselho que consulte o *Diário da República* em relação à sua pergunta.

Faço-lhe uma outra: porque é que a Iniciativa Liberal votou contra a recuperação do tempo de serviço dos professores?

Aplausos do PS, do L e de Deputados do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvimos, ainda há pouco, o Sr. Ministro falar nas medidas para mitigar a falta de professores nas escolas. No entanto, há um dado que, de facto, é gritante. Tivemos, mais uma vez — todos os anos sabemos que o ano letivo é esperado e todos os anos repetem-se os mesmos problemas —, 153 000 alunos com pelo menos um professor em falta. Isto, contrariamente à narrativa que aqui foi trazida, constitui um aumento face ao ano passado.

Embora os concursos possam ser melhorados, e acompanhamos essa questão, a verdade é que o que está na origem deste problema é a falta de valorização da profissão, o que tem afastado os docentes da carreira, por um lado, e, por outro, também não torna atrativos os concursos de formação dos professores.

O Sr. Ministro falou na revisão do Estatuto da Carreira Docente, que é importante e cujo reconhecimento acompanhamos, mas há também que garantir que, numa outra dimensão, se mitigam os problemas. Falo do que tem que ver com o fim das vagas de acesso aos 5.º e 6.º escalões e também com o fim das quotas na avaliação, com a própria qualificação como profissão de desgaste rápido ou com a clarificação sobre o que é da componente letiva e não letiva. No entanto, não o ouvimos ainda dizer o que é que pensa acerca desta matéria.

Uma outra questão tem que ver com as ultrapassagens da carreira, nomeadamente com a Portaria n.º 119/2018, que não se aplicou a docentes que já se encontravam em função...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, dispondo de 1 minuto e 6 segundos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Já percebemos o que pensa sobre o pré-escolar, as creches, as vagas que faltam, a falta de professores. Já lhe conhecemos as medidas e as intenções, cá estaremos para as avaliar.

Ainda não percebemos o que pensa — e disse que não tinha problema em dizê-lo — sobre o aumento das propinas. É sobre isso que queria insistir, pois, afinal, foi o Sr. Ministro que aceitou juntar num único ministério ensino básico e ensino superior.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Srs. Ministros: Ser professor é, certamente, uma profissão e, para valorizar essa profissão, as condições de trabalho — já falámos aqui da possibilidade de terem uma habitação de função e julgo, Sr. Ministro, que não apenas as câmaras, mas o Estado central, o Ministério da Educação, com muito património que não está a ser utilizado, têm uma função a desempenhar — são essenciais, mas ser professor é mais do que uma profissão, é uma vocação.

Para que jovens que hoje olham para os seus professores, que admiram, que sentem que a sua vida é mudada naquela sala de aula, como a muitos e a muitas de nós aconteceu quando estivemos na escola, para que esses jovens queiram dar o passo de vir a ser professores e professoras, é preciso algo de mais e mais imaterial que, para além das condições de trabalho, nós, como sociedade, temos de assegurar: que a função readquira o prestígio social, o capital social que já teve.

Aí, desse ponto de vista, creio que o desafio que quero lançar ao Sr. Ministro é um que nos interessa a todos como sociedade. Não nos interessa o tipo de discurso que ouvimos aqui de alguns, que faz parecer das escolas um autêntico inferno e que ainda dá menos vontade a quem tem a paixão de ensinar de ir para essas escolas.

Devemos, sim, ter uma missão multidisciplinar que conta com cientistas sociais, que conta com especialistas de comunicação e que olha para a profissão de professor como outras profissões na nossa sociedade que adquiriram ou readquiriram esse prestígio e esse capital social nos últimos anos. Que se faça da função de ensinar aquilo que ela é na verdade, que é uma função heroica: trata-se de transmitir o conhecimento acumulado durante séculos ou milénios pela humanidade naqueles anos em que os estudantes são privilegiados de poder ter acesso a eles praticamente em contínuo.

Isso permite-me falar também da questão da recuperação de aprendizagens, porque se a escola é esse privilégio de ter ali condensado tudo aquilo que a humanidade conseguiu aprender, descobrir, inventar durante milénios, qualquer perda nas aprendizagens é uma perda que se reflete para a vida e, em particular, estamos a falar das gerações que ainda estão na escola e que perderam com a pandemia anos normais de estudo.

Queria lançar ao Sr. Ministro o desafio de pensarmos o 12.º ano, que já não tem tanto a função de funil, antes do ensino superior, que tinha no passado. Esse ano poderia ser transformado de forma a garantir que seja praticamente o ano zero da universidade, ou de transição entre secundário e universidade, incluindo aqui ensino superior e politécnico, permitindo adquirir aquela gama ampla de conhecimentos, método científico, aprendizagem de deontologia nos trabalhos de ensino superior, cultura humanística, cultura de análise de dados e de fontes, para distinguir o falso do verdadeiro, algo que pode e deve ser prestado nessa fase.

Seria muito importante que fizéssemos essa reflexão, porque aí os alunos que perderam com a covid podem aprender aquela gama ampla de conhecimentos que lhes vai servir para a vida.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.ª Deputada Patrícia Gilvaz pretende fazer uma interpelação à Mesa. Qual é o motivo dessa interpelação, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, é para esclarecer a afirmação que foi feita há pouco pela Sr.ª Deputada Rosário Gambôa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Pode esclarecer melhor, Sr.ª Deputada.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, acho que é pertinente, quando apresentamos informações neste Plenário, fazê-lo com alguma seriedade.

A Iniciativa Liberal nunca votou contra a proposta de recuperação do tempo de serviço dos professores e isso é facilmente comprovado no *site* da Assembleia da República, cujo *link* farei distribuir, embora seja fácil aceder-lhe.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não se trata de uma interpelação à Mesa!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr.^a Deputada Rosário Gambôa, relativamente ao tempo de serviço, é importante perguntar onde é que estava a proposta do PS. Pois, não estava.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada, não foi propriamente uma interpelação à Mesa, mas fê-lo no seu tempo e não há problema. A Mesa ultrapassa isso perfeitamente.

Pausa.

A Sr.^a Deputada Marina Gonçalves também pretende fazer uma interpelação à Mesa. Espero que seja mesmo uma interpelação à Mesa, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, até para percebermos o que é a figura da interpelação à Mesa, era para anunciar que o Partido Socialista irá distribuir as iniciativas em que a Iniciativa Liberal, efetivamente, votou contra a recuperação do tempo de serviço dos professores, numa verdadeira interpelação à Mesa, Sr.^a Presidente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Queria solicitar ao Sr. Presidente que comunicasse à bancada do Governo a disponibilidade do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para ceder os seus 41 segundos, de modo a que ainda possa responder à questão das propinas.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Nos mesmos termos da interpelação que foi agora colocada, é para explicar o seguinte: o Governo foi convocado para uma reunião plenária, hoje, aqui na Assembleia da República, em que o tema versa sobre o início do ano letivo do ensino básico e secundário. O Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação fará ainda a intervenção de encerramento deste debate e poderá com certeza abordar muitas matérias, mas julgo que não é um bom princípio, nomeadamente quando há um debate que é requerido por um determinado grupo parlamentar, que outros grupos parlamentares, eventualmente movidos por uma qualquer rivalidade, mais ou menos escondida, queiram desviar a atenção do debate para temas eventualmente paralelos àquele que é o tema da reunião convocada para hoje.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Essa é a razão pela qual o Sr. Ministro da Educação, que tem demonstrado, julgo eu, uma absoluta frontalidade, transparência e coragem a responder a todas as questões, está a tentar evitar esta figura, que não vou qualificar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É ridícula!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — ... de tentar-se desviar, pela porta de trás ou pela janela, um bocadinho o debate.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É do que o Bloco gosta! Da porta do cavalo!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, sim, passamos à fase de encerramento do debate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, creio que está inscrito o Sr. Deputado José Carvalho para uma intervenção.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Peço imensa desculpa. De facto, a Mesa registou a inscrição do Sr. Deputado.

Com as desculpas da Mesa, o Sr. Deputado José Carvalho, do Chega, tem a palavra para uma intervenção. Dispõe de 1 minuto e 46 segundos.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Falámos hoje de escola e de ensino, mas também de educação, e o Chega percebeu há muito que a escola está doente e essa doença chama-se socialismo.

Aplausos do CH.

Esta tarde, ouvimos palavras bonitas como «liberdade» e «qualidade». O problema, Srs. Deputados, é que quando juntamos socialismo, seja ele mais rosa, alaranjado ou avermelhado, nenhuma dessas bonitas palavras rima com ele.

Nesta intervenção, dedicar-me-ei à liberdade. O Chega, como partido de direita, conservador, popular — e não populista! —, é claramente pela liberdade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — A liberdade das famílias, a liberdade dos pais. Neste aspeto, como devem saber, a escola é da sociedade e não do Governo ou do Estado. Por isso, deve ser a sociedade a definir que escola pretende, sem imposições ideológicas ou doutrinações sociológicas.

Defendemos uma plena harmonia entre ensino público, privado e cooperativo, onde a liberdade dos projetos educativos seja uma realidade.

Somos pela santidade da família no projeto de educar os seus filhos, somos pela liberdade das famílias a educar e contra a tentação do Estado de doutrinar. A família educa, a escola ensina. Isto é liberdade.

Aplausos do CH.

A liberdade defende-se quando se dá a possibilidade aos pais de decidir. É por isso que disciplinas como Cidadania e Desenvolvimento, e a transversalidade de conteúdos ideológicos, para o Chega, devem ser opcionais.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — A liberdade defende-se quando se impede os outros de atacar e asfixiar o ensino particular e cooperativo, para fazer de conta que se defende o ensino público.

Aqui chegados, a questão que todos temos de colocar, Srs. Deputados e Sr. Ministro, é simples: socialismo ou liberdade? Eu já escolhi e mais de 1 milhão de portugueses também.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, passamos, definitivamente, espero, à fase de encerramento, e tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação. Dispõe de 5 minutos, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: Confesso que não é muito a minha forma de estar, estar a dirimir aqui números e a apresentá-los. Os números para mim são muito importantes para olhar para a frente. Mas a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa voltou mais de 10 anos atrás e eu vou recuar só seis.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Essa é que é a realidade!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Nos últimos seis anos, de acordo com os dados da Direção-Geral da Administração Escolar, 14 500 professores deixaram a profissão. Repito, 14 500 professores, nos últimos seis anos, deixaram a profissão.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Quantos foram para a reforma?!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Não, não! Não é para a reforma. Eu vou esclarecer, e ainda bem que há oportunidade de esclarecer. Estes são professores que mudaram de profissão, ou seja, escolheram outra vida, desistiram de ser professores. Desistiram de ser professores.

Este é um problema que temos de perceber como sociedade. Temos mesmo de valorizar a profissão de professor de outra maneira, obviamente quanto à carreira, salarialmente, mas também socialmente e quanto às condições de trabalho. Temos de ter esse compromisso como sociedade.

Volto a dizer isto: penso que, naquilo que é essencial, apesar de tudo, isso não divide este Hemiciclo. Todos percebemos a importância que a educação tem e há aqui muitos problemas, nomeadamente, a valorização da profissão de professor. Uns dão-lhe mais importância do que outros, mas todos percebemos a importância que tem.

Em relação à gratuidade do pré-escolar e de todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior, o princípio basilar, quando estamos a pensar sobre educação, pelo papel que a educação tem na nossa sociedade e para cada indivíduo, é a igualdade de oportunidades.

Aplausos do Deputado do PSD Paulo Cavaleiro.

Por isso, o princípio de todas as políticas deste Governo será no sentido de nunca excluir ninguém do acesso a qualquer nível de ensino.

O que não temos, volto a repetir isto, é nenhum preconceito ideológico sobre quem é o fornecedor do serviço, se é público, se é privado, e sobre qual é a forma de financiamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E as propinas?!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Aquilo que lhe posso dizer em relação às propinas, além de esse ser um debate que demora muito mais tempo, e não é este o sítio para o fazer,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É sim ou não, Sr. Ministro!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — ... é que, obviamente, este Governo tem uma visão completamente diferente do financiamento do ensino superior, da forma como as instituições devem ser geridas e da sua autonomia, que é absolutamente essencial e tem contribuído imenso para o desenvolvimento do nosso País e para a qualificação. Sei que os senhores gostavam de controlar tudo.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — E a forma de controlar tudo é, de facto, fazer com que as instituições de ensino superior dependam, na totalidade, do Orçamento.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Nós não vamos acabar com as propinas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Finalmente, considero um privilégio estar no lugar em que estou. Sinto uma enorme responsabilidade, pois é a coisa mais importante que já fiz na minha vida.

Nos últimos dias, tive a oportunidade de visitar uma série de escolas no Alentejo e no Algarve, onde pude conhecer de perto projetos educativos que são de uma riqueza absolutamente extraordinária. Essas são dimensões para as quais o Governo central, o Ministério, obviamente, têm responsabilidade de criar o contexto, mas a implementação desses projetos, a vida desses projetos, as pessoas que esses projetos conseguem integrar e trazer para a escola devem-se totalmente às direções das escolas, aos professores, ao pessoal não docente, aos técnicos especializados e aos psicólogos, que fazem um trabalho fantástico. Um trabalho fantástico!

Aplausos do PSD.

Isso está precisamente no âmbito da sua autonomia, porque, mais uma vez, valorizamos muito a autonomia das escolas. A capacidade de as escolas poderem definir estratégias próprias e responder às necessidades das famílias e dos alunos tem de ser, obviamente, feita no território, com grande apoio das autarquias.

Digo-vos uma coisa: foi fabuloso! Sou professor e estar na sala de aula, para mim, é sempre especial, mas foi fabuloso assistir à devoção daqueles professores, que obviamente trabalham em situações muito difíceis e conseguem garantir uma excelente educação em Portugal, em múltiplas dimensões. Isso tem de ser reconhecido.

Nós temos, apesar das condições difíceis, muita gente a fazer um excelente trabalho em Portugal, na área da educação, e temos de agradecer a todos os professores, a todas as direções.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para a intervenção final, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português. Sr.^a Deputada, tem 5 minutos para a sua intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Fora a propaganda para iludir a comunidade educativa, o que fica é a opção pela não adoção de medidas imediatas e estruturais para valorizar a escola pública. Não é com remendos, nem tapando uns buracos para destapar outros que se vão resolver os problemas.

Fica demonstrado que a política de direita que o atual Governo pretende ainda levar mais longe acelerará o desinvestimento na escola pública. Fica demonstrado que a defesa e a valorização da escola pública exigem uma política alternativa que rompa com o atual rumo, uma política alternativa que, desde logo, valorize os trabalhadores na área da educação e garanta direitos, condições de trabalho e estabilidade.

A carência de professores exige soluções no plano mais imediato, nomeadamente, a atribuição de um apoio à deslocação e à habitação de até 700 € para todos os professores deslocados, como o PCP propõe, tendo em conta os elevados custos com a manutenção de uma segunda habitação. E exige soluções estruturais, que passam pela valorização da carreira e da profissão de docente, que o Governo hoje não concretizou, garantindo uma perspetiva de desenvolvimento profissional, eliminando os obstáculos que impedem a progressão, designadamente as vagas no acesso ao 5.º e ao 7.º escalões e as quotas na avaliação, vinculando os professores com três ou mais anos de serviço e regularizando o horário de trabalho.

É igualmente essencial uma política alternativa que combata a precariedade e integre na respetiva carreira, com vínculo efetivo, os professores, os técnicos especializados, todos os trabalhadores que desempenham funções permanentes; uma política que reforce o número de psicólogos, de terapeutas, de assistentes sociais, de técnicos, de assistentes técnicos e de auxiliares de ação educativa. É necessário que a escola inclusiva saia do papel e passe à realidade, com os professores de educação especial, os técnicos e os terapeutas que são necessários, com os meios e recursos para acompanhar os estudantes com necessidades específicas.

Uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos exige igualmente uma política alternativa que garanta a igualdade de acesso e sucesso escolar, através do alargamento da gratuidade dos manuais escolares aos cadernos de fichas em toda a escolaridade obrigatória; do reforço da ação social escolar, com o alargamento dos beneficiários; da gratuidade das refeições e das visitas de estudo para os estudantes da escolaridade obrigatória; do alargamento da distribuição de fruta e leite nas escolas, como o PCP propõe no projeto de lei entregue na Assembleia da República.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Exige-se a redução do número de alunos por turma, a valorização da avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime das provas de aferição.

Uma escola pública democrática exige a implementação de um modelo de gestão democrática das escolas, com órgãos colegiais, diretamente eleitos, e com a promoção da participação dos estudantes, dos pais, dos professores e de todos os trabalhadores; o investimento na universalização e gratuidade da educação pré-escolar a partir dos três anos, aumentando o número de salas da rede pública de pré-escolar, e na requalificação das instalações do parque escolar, dotando-o das condições para potenciar a qualidade na aprendizagem, incluindo a melhoria dos espaços de recreio para promover o brincar, o jogo, entre as crianças.

Queremos uma escola pública que, para além da aprendizagem e do conhecimento, seja uma escola de participação, de solidariedade, de igualdade, de respeito por todos, independentemente das suas características pessoais, uma escola de Abril; uma escola que garanta o desenvolvimento integral das crianças e jovens, nas suas diversas dimensões, que contribua para o questionamento, o espírito crítico, para a reflexão do meio que os rodeia, para a emancipação individual e coletiva, para a elevação cultural da população; uma escola pública que garanta o direito à educação para todas as crianças e jovens, uma conquista de Abril; uma escola pública que contribua, como refere a Constituição da República Portuguesa, «para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais», uma escola «de solidariedade e de responsabilidade», contribuindo «para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva».

É por uma escola pública, gratuita, de qualidade, inclusiva, democrática, para todos, é pela escola de Abril, que o PCP intervém e luta.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Está encerrado o debate.

Agora, para dar uma informação à Câmara, tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara que participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, os Srs. Deputados João Azevedo e Luís Dias, ambos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Amanhã, a reunião plenária inicia-se com o debate da Proposta de Lei n.º 13/XVI/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a regular a citação e notificação por via eletrónica das pessoas singulares e das pessoas coletivas, determinando que a citação e notificação das pessoas coletivas é, em regra, efetuada por via eletrónica, e do Projeto de Lei n.º 254/XVI/1.ª (PAN) — Generaliza a citação eletrónica das entidades públicas, alterando o Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Segue-se o debate sobre a Proposta de Lei n.º 20/XVI/1.ª (GOV) — Procede à segunda alteração à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública.

O terceiro ponto da ordem do dia será o debate da Proposta de Lei n.º 19/XVI/1.ª (GOV) — Procede à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social.

No quarto ponto, debater-se-á a Petição n.º 150/XV/1.ª (Cláudia Pinheiro de Figueiredo Biscaya Fraga e outros) — Nenhuma mulher portuguesa com cancro do ovário deixada para trás, que arrasta o Projeto de Lei n.º 244/XVI/1.ª (CH) — Pela comparticipação da vacina contra o HPV para todas as raparigas e rapazes a partir dos 10 anos de idade e aumento para os 45 anos da idade máxima para completar o esquema vacinal, e os Projetos de Resolução n.ºs 116/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que reforce os direitos das pacientes com diagnóstico de cancro do ovário, o 266/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o alargamento de cuidados de saúde em primeira linha a mulheres com cancro nos ovários, 276/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que disponibilize os dados nacionais relativos à incidência e mortalidade associadas ao cancro do ovário no Registo Oncológico Nacional e que adote medidas que promovam celeridade no acesso a medicamentos inovadores para os casos sem mutação, 287/XVI/1.ª (BE) — Disponibilização de tratamento para cancro do ovário e 292/XVI/1.ª (PCP) — Pelo reforço da prestação de cuidados às mulheres com cancro do ovário.

Por fim, às 12 horas, haverá votações regimentais.

Obrigado, Srs. Deputados, e até amanhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.